



Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875 – 1914)

Terciane Ângela Luchese*, Lúcio Kreutz e Eliana Gasparini Xerri

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, 95070-560, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: taluches@ucs.br

RESUMO. O presente texto é resultado parcial da pesquisa *História das Escolas Étnico-Comunitárias Italianas no Brasil (1875-1945)*, financiada pelo CNPq. Investigando e mapeando as organizações escolares criadas pelos imigrantes no território gaúcho, o texto foi construído considerando como referencial teórico os pressupostos da História Cultural e metodologicamente procedeu-se a análise documental, especialmente de relatórios de cônsules, documentos do Ministério das Relações Exteriores da Itália, jornais, fotografias, dentre outros. Encontramos, em diferentes espaços do Rio Grande do Sul, ocupados por imigrantes italianos ou descendentes, iniciativas escolares. Fugazes, temporárias e pouco sistematizadas em sua maioria. Mas presentes. Diferentes quando instaladas em áreas urbanas ou rurais. Revelam as singularidades e os modos próprios de compreender a importância da escolarização. Como espaços de constituição da italianidade, da catolicidade ou mesmo apenas para a propagação dos rudimentos do ler, do escrever e do calcular, foram espaços educativos importantes para o cenário gaúcho da época.

Palavras-chave: história da educação, imigrantes italianos, organização escolar, políticas educacionais.

Italian ethnic community schools in Rio Grande do Sul: between the rural and urban milieu (1875 - 1914)

ABSTRACT. Current paper is the partial result of a research, funded by CNPq, on the *History of the Italian Ethnic Community Schools in Brazil (1875-1945)*. Investigating and mapping school organizations established by Italian immigrants in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, the text was built on Cultural History Studies and methodically processed by documental analysis, especially consular reports, documents of the Italian Ministry of Foreign Relations, newspapers, photographs and others. Several school initiatives may be found in different regions of Rio Grande do Sul, occupied by Italian immigrants or their descendants. Many were only temporary procedures and all were poorly systematized, albeit significant. They were different when installed in urban or rural areas. Moreover, they reveal the singularities and specific understanding of the importance of schooling. Since they were spaces for the constitution of Italian identity, Catholicity or even just for simply learning to read, write and calculate, it was an important educational space within the State's scenario of the period.

Keywords: history of education, italian immigrants, school organization, educational policy.

Escuelas étnico-comunitarias italianas en rio grande do sul: entre lo rural y lo urbano (1875 – 1914)

RESUMEN. El presente texto es resultado parcial de la investigación *Historia de las Escuelas Étnico-Comunitarias Italianas en Brasil (1875 – 1945)*, financiada por el CNPq. Investigando y haciendo el mapeo de las organizaciones escolares creadas por los inmigrantes en el territorio gaúcho, el texto fue construido considerando como referencial teórico las premisas de la Historia Cultural y metodológicamente se procedió el análisis documental, especialmente de informes de cônsules, documentos del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Italia, periódicos, fotografías, entre otros. Encontramos, en diferentes espacios de Rio Grande do Sul, ocupados por inmigrantes italianos o descendientes, iniciativas escolares. Fugaces, temporarias y poco sistematizadas en su mayoría, aunque presentes. Diferentes cuando instaladas en áreas urbanas o rurales. Revelan las singularidades y los modos propios de comprender la importancia de la escolarización. Como espacios de constitución de la italianidad, de la catolicidad o sólo para la propagación de los rudimentos del leer, del escribir y del calcular, fueron espacios educativos importantes para el escenario gaúcho de la época.

Palabras clave: historia de la educación; inmigrantes italianos; organización escolar; políticas educacionales.

Introdução

Este texto é resultado parcial da pesquisa *História das Escolas Étnico-Comunitárias Italianas no Brasil (1875-1945)*¹. A referida investigação tem como objetivo compreender o processo escolar étnico no Brasil,

no período de 1875 a 1945, mapeando as iniciativas de escolarização, as culturas escolares e a dinâmica escolar vivenciada pelos imigrantes italianos e seus

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq por meio dos Editais Chamada MCTI /CNPq /MEC/CAPES n.º 18/2012 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e Produtividade em Pesquisa /PQ 2013.

descendentes, nos diferentes contextos espaciais, em dimensão comparativa.

Nesse artigo, analisamos as iniciativas escolares dos imigrantes italianos e seus descendentes, estabelecidos no Rio Grande do Sul, perscrutando suas formas de organizar a escola em diferentes espacialidades – nas colônias da serra gaúcha, na capital, no Sul do Estado e mesmo no pampa. Onde houve ocupação de imigrantes ou descendentes, encontramos iniciativas escolares. Fugazes, temporárias e pouco sistematizadas em sua maioria. Mas presentes. Revelando singularidades e modos próprios de compreender a importância da escolarização. Como espaços de constituição da italianidade, da catolicidade ou mesmo apenas para a propagação dos rudimentos do ler, do escrever e do calcular.

Investigando e mapeando as organizações escolares criadas pelos imigrantes no território gaúcho, o texto foi construído considerando como referencial teórico os pressupostos da História Cultural e metodologicamente procedeu-se a análise documental, especialmente de relatórios de cônsules, documentos do Ministério das Relações Exteriores da Itália, jornais, fotografias, dentre outros.

O texto foi organizado privilegiando a discussão em três tópicos principais, quais sejam: a política externa italiana no que tange às relações e incentivos produzidos para a criação e a manutenção de escolas entre emigrados, um balanço provisório das escolas italianas no Rio Grande do Sul e, por fim, a diferenciação das escolas étnicas italianas situadas em áreas urbanas e rurais, tentando perceber suas aproximações e distinções.

O governo italiano e sua política voltada para escolas italianas no exterior

A primeira legislação italiana, conforme Floriani (1974) que refere às escolas italianas no exterior é de 1862, do Ministro das Relações Exteriores, Durando, que autorizava a criação de um colégio italiano em Alexandria, no Egito. No ano seguinte, ocorreu a expansão para a Tunísia e Constantinopla. Os Irmãos das Escolas Cristãs (salesianos) passaram a contar com subsídio governamental desde que ensinassem em italiano. Assim, progressivamente, as escolas italianas se expandem por territórios da África, Oriente Médio, em alguns países europeus e americanos. Cabe lembrar que a Itália passava por processo de unificação, de certo modo concluído em 1870. A partir de então, uma nova fase iniciou-se.

O Ministério das Relações Exteriores, a partir da atividade consular, assumiu a instrução nas escolas italianas mantidas fora do Reino. O intuito estava na

difusão da língua e da cultura italiana e isso ocorria por meio de três formas principais, conforme informa Floriani (1974):

- 1) com subsídios fixos ou extraordinários para as iniciativas particulares;
- 2) escolas criadas e mantidas pelo próprio governo com diversas naturezas e graus;
- 3) subsidiando institutos não italianos, mas que ensinassem a língua italiana.

Havia a perspectiva de regular e estabelecer o programa de ensino, os livros textos que seriam utilizados e a realização de inspeções de verificação do funcionamento de tais escolas.

Entre os anos de 1887 – 1891, reformas implementadas pelo Ministro interino Francisco Crispi e seu chefe de gabinete, Albero Pisani Dossi, modernizaram a política diplomática da Itália e promoveram ações de aproximação com os emigrados. Pela Lei 5866 de 30 de dezembro de 1888 (LEGGI, 1888), passa-se a prever que a Itália não podia perder de vista os emigrados, mas acompanhá-los na ‘nova Pátria’, tutelando-os. Importante situar também a criação da associação Dante Alighieri por Giacomo Venezian, em 1889, naquela onda de modernização crispiana. A Dante seria “[...] utilizada largamente pelo governo italiano na difusão da língua, da cultura e da ‘italianidade’ no mundo todo [...]” (CERVO, 1992, p. 3, grifo do autor). Ganha impulso, nesse período, a criação de escolas italianas no exterior, muitas recebendo subsídios para o seu funcionamento. Cervo (1992, p. 12) afirma que Crispi:

Estimulou o sentimento da italianidade, favorecendo a criação de escolas, hospitais, jornais, associações beneficentes. Os censos indicavam a existência, em 1889, de 352 associações italianas no exterior, três hospitais (Londres, Buenos Aires e Lima) e inúmeros outros em projeto. Crispi cogitou em regulamentar as escolas e separou-as em duas categorias: escolas do governo e escolas subsidiadas. Contavam-se, em 1890, 92 do primeiro tipo, com 12.109 alunos, e 35 do segundo. Em 1900, cerca de duzentos jornais italianos eram publicados no exterior.

A política externa italiana oscilou e a grande massa de emigrados, espalhada por diferentes países no mundo, defrontou-se com práticas diferenciadas para a promoção e a manutenção dos laços de italianidade, para a difusão da língua italiana, que tantos emigrantes desconheciam, já que faziam uso de dialetos regionais, como indicam resultados de pesquisa como os de Frosi e Mioranza (1983) e Frosi et al. (2010). A própria condução da política externa italiana variou ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX.

Um dos grandes entraves para a efetivação dos ideais daqueles que defendiam uma política externa italiana de grande potência foram de ordem econômica. Houve tentativas para a manutenção e subsídio escolar. Se, por exemplo, o orçamento para subsidiar o ano letivo de 1882 fora de 200.000 liras, o valor para 1889/1890, em plena era crispiana, foi de 1.033.710 liras (MEDICI, 2009). No entanto, a permanência em anos subsequentes não foi possível.

O debate sobre os investimentos maiores ou menores do governo italiano para com as escolas no exterior foi tenso e intenso. Argumentos diversos a favor de investimentos nas escolas italianas no exterior ou sua total suspensão, já que um sistema nacional de ensino ainda não era realidade e o analfabetismo era problema a ser enfrentado internamente, marcaram a política externa da Itália, por décadas.

Em 1910, aos 18 de dezembro, foi aprovada a Lei n.º 867, que pode ser considerada uma normativa completa e orgânica (FLORIANI, 1974).

Com o advento fascista, foram promovidas novas transformações legais. Pelo Decreto Régio n.º 933, de 19 de abril de 1923 (MEDICI, 2009), firmado por Mussolini (na época também Ministro interino das Relações Exteriores) suprimiu o Conselho Central das Escolas no Exterior (criado pela Lei Tittoni de 1910). Estabeleceu que os professores das escolas italianas no exterior deveriam pronunciar solene voto profissional no qual prometiam educar seus alunos para amarem a Pátria e terem a maior devoção ao Rei e às suas instituições. Portanto, prometiam propagandear a italianidade, promovendo, no seio das colônias, o ideal de que constituíam um único *fascio* que buscava a prosperidade econômica italiana e seu maior prestígio no mundo (MEDICI, 2009). No caso dos professores, a situação de adesão ao regime fascista seria intensificada em fins de 1932, quando se tornou obrigatória a adesão ao Partido Nacional Fascista. Pretelli (2009) afirma que o professor foi entendido como um pioneiro, um soldado, um combatente e um missionário que, nas colônias italianas (o autor dá ênfase à Tunísia, Malta e Egito) difundiria a língua de Dante e a italianidade.

Em legislação datada de 1924 foram estabelecidos os novos programas e fixadas as diretrizes para as escolas italianas no exterior. Por meio da difusão da língua e da cultura italiana, do sentimento nacional, nas mais diversas colônias dispersas pelo mundo, das 'grandes realizações' fascistas, acreditava-se que haveria a possibilidade de estreitar as relações, as influências e desse modo, também os ganhos para a

Pátria-Mãe Itália com os 'italianos do exterior'² e os países receptores.

Outro fato a ser considerado é a reorganização do Ministério das Relações Exteriores (Decreto Régio n.º 628, de 28/04/1927) que abolia a Comissão Geral de Emigração e instituiu a Direção Geral dos Italianos no Exterior (MEDICI, 2009). No interior dessa Direção, foi criado o Escritório de Propaganda para o Exterior. Outra iniciativa fascista para os 'italianos no exterior' foi a criação de um Comitê Interministerial para a expansão da cultura italiana nos países receptores. (MEDICI, 2009).

De modo sintético, pode-se observar as mudanças e tentativas do Ministério das Relações Exteriores da Itália para aproximar-se e implementar políticas de escolarização étnica entre os emigrados – com diferentes nuances e objetivos. Mas, no caso do Rio Grande do Sul, o êxito de tal política não repercutiu tanto quanto desejavam as autoridades italianas.

As escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: um balanço provisório

A imigração italiana, conforme diversos estudos³, deu-se em decorrência dos processos de transformação capitalista que ocorriam na península itálica e também no Brasil. E, nesse cenário de colonização de áreas devolutas de terras ou substituindo a mão de obra escrava ou mesmo assumindo atividades urbanas, esses imigrantes se defrontaram com a precariedade das escolas públicas no Brasil⁴. Poucos anos após seu estabelecimento, diversas foram as iniciativas desses imigrantes na organização de escolas étnico-comunitárias, mesmo que a maioria tenha sido efêmera. Desde o final do século XIX, em todos os relatórios consulares, encontram-se registros que retratam a situação das colônias, dos imigrantes e descendentes, mencionando a falta de escolas e a necessidade do governo italiano intervir, passando a apoiar a educação, enviando livros e material escolar. Certamente transparece a perspectiva de manutenção dos laços culturais com a Pátria-mãe, a Itália, através do ensino. E, já ao final do século XIX, é possível encontrar indícios de circulação de manuais didáticos italianos entre imigrantes e descendentes.

² A nomenclatura emigrantes foi substituída por 'italianos no exterior', que passou a ser utilizada pelos órgãos diplomáticos referindo-se a todos os emigrados e descendentes.

³ Azevedo (1975), Adami (1971), Caprara e Luchese (2005, Luchese (2009), Costa et al. (1992), De Boni (1985, 1987), Franzina (2006), Lorenzoni (1975) e Manfrói (1975) são relevantes.

⁴ "A tradição escolar era bastante diferenciada entre os diversos grupos de imigrantes. [...] Estudos indicam que, mesmo entre as etnias com maior tradição escolar, havia variações consideráveis no índice de alfabetização, dependendo da região de proveniência. No período de maior entrada dos mesmos, na década de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos" (KREUTZ, 2003, p. 353).

O termo 'escolas da imigração italiana' no Brasil talvez dê a impressão que elas tenham sido todas iguais. Não o foram; houve diferenças importantes. É preciso estabelecer a distinção clara entre escolas urbanas e rurais e entre escolas particulares de Associações laicas, de Congregações religiosas e as étnico-comunitárias de núcleos rurais. Os imigrantes estabelecidos em centros urbanos, especialmente os vinculados ao comércio, à indústria e às profissões liberais, formaram associações para manter as denominadas 'escolas de uma associação de imigrantes'. Em centros urbanos com número significativo de imigrantes italianos houve este tipo de escolas. Tratava-se de escolas laicas, geralmente de boa qualidade, nas quais também eram aceitos alunos não pertencentes ao respectivo grupo de imigrantes. O currículo nessas escolas, além de atender às exigências nacionais, normalmente era complementado com aspectos da cultura do respectivo grupo étnico. Pelos relatórios dos cônsules (DE BONI, 1985; De VELUTIIS, 1908; MINISTERO, 1908) sabemos que houve um número significativo deste modelo de escolas da imigração italiana no Rio Grande do Sul. A maior parte dessas escolas recebia subsídio e material didático do governo italiano, principalmente no final do século XIX e início do XX.

O recebimento de subsídios, como já explicitado anteriormente, foi volátil. As escolas subsidiadas, caso das existentes nas Américas, de modo geral, foram caracterizadas pela instabilidade política própria desse período na Itália. Scalabrini afirmava em 1901:

[...] quase todas elementares, são mantidas e administradas, como já explicado, por comitês especiais, pelas sociedades de mútuo socorro ou beneficência, por particulares ou congregações religiosas e do governo, por isso o Ministério das Relações Exteriores, paga subsídios anuais ou também subsídios extraordinários para elas, seja em dinheiro, seja em livros ou material escolar. (SCALABRINI, 1901, p. 7).

Para as escolas serem subsidiadas, precisavam aceitar que agentes consulares, cônsules ou outras pessoas nomeadas para a função (médicos, padres...) pudessem inspecionar a escola. São consistentes as referências às escolas subsidiadas e mantidas por Salesianos, num primeiro momento e, logo após a criação, por parte de João Baptista Scalabrini, da congregação masculina e feminina dos scalabrinianos.

Ordens e congregações religiosas, com pastoral junto aos imigrantes, também mantiveram escolas em centros urbanos. Tratava-se de 'escolas

confessionais', masculinas e femininas, não diretamente étnicas, todavia, com algumas características da tradição cultural do país de origem da congregação. Normalmente de boa qualidade, exerceram função relevante na formação de lideranças e também na evangelização. Assim como as escolas das Associações, também as vinculadas a ordens e congregações religiosas atendiam principalmente aos alunos cujas famílias tinham condições para pagar as anuidades, pois tratavam-se de escolas particulares, normalmente não subsidiadas. Há indícios documentais, como já referimos, que escolas mantidas por salesianos e scalabrinianos teriam recebido repasse de subsídios governamentais, assunto que mereceria maior investigação.

Um aspecto interessante do processo escolar na região de imigração italiana manifestou-se nas 'escolas étnico-comunitárias' de núcleos rurais. Trata-se de escolas em núcleos rurais que ainda não podiam contar com uma escola pública. Inspirados em práticas da terra de origem, os moradores das comunidades de imigrantes tomavam a iniciativa da criação de uma escola, normalmente com o apoio das lideranças religiosas da localidade. Estas podem ser denominadas como 'escolas étnicas' porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes. Parece ser mais adequado denominá-las como escolas étnico-comunitárias. A homogeneidade étnica e religiosa facilitou a organização dessas escolas isoladas em núcleos rurais. Os moradores da localidade, sabendo da importância de escola para seus filhos, organizavam-se para construir uma escola e providenciar um(a) professor(a) para a mesma, arcando ainda com seu salário. Optavam preferencialmente por professores do mesmo grupo étnico dos moradores, para facilitar a vinculação da atividade escolar com sua dimensão cultural. Há depoimentos muito interessantes de professores deste tipo de escola, realçando a estreita vinculação da atividade escolar com a cultura local. Uma das características destas escolas foi a de serem criadas e mantidas pelos moradores da localidade que também assumiam a escolha e contratação dos professores. Esta vinculação estreita da escola com os moradores do respectivo núcleo rural permite considerá-las como escolas étnico-comunitárias, pois foram assumidas comunitariamente pelos moradores da localidade até o momento em que puderam ser repassadas para o poder público municipal, crescentemente a partir de 1910.

Respaldo essa dimensão organizacional diferenciada das iniciativas escolares de imigrantes

no Rio Grande do Sul, o Cônsul De Vellutis, em 1908, relatava que:

Nos centros urbanos e nas sedes das colônias rurais, essas escolas são mantidas pelas Associações Italianas ou melhor, surgem sob seus auspícios. No mínimo, são as associações que fornecem o local e os móveis e utensílios necessários. Nas colônias, entre as linhas que não contam com escolas brasileiras, os nossos compatriotas procuram sustentar as próprias custas, uma pequena escola para seus filhos, confiando-a a algum colono mais instruído do lugar. Existem também algumas associações de fabriqueiros de várias capelas das linhas que se esforçam em manter abertas pequenas escolas italianas. Em geral, pode-se afirmar, com certa satisfação que, os nossos compatriotas tem amor à sua escola italiana. Mas os sacrifícios que eles fazem não são suficientes e tem que lutar com grandes dificuldades para conceder uma remuneração para eles sempre pesada, aos professores que são mais pobres do que eles. Afora poucas, a maior parte das nossas escolas tem uma vida difícil. Elas atravessam, enfim, neste momento um período muito crítico. Por um lado, a crise econômica, agravada pelas recentes calamidades, colocou muitos colonos numa situação de miséria. Por outro lado, soma-se a isso a invasão de congregações francesas que, expulsas de seu país, vieram refugiar-se nesse Estado, instalando nas colônias escolas para ambos os sexos, as quais fazem

grande concorrência às nossas, porque admitem gratuitamente alunos pobres, cobrando apenas dos que podem pagar. (DE VELUTIIS, 1908, p. 348-350).

Desse modo, De Vellutis situou a condição dessas escolas ditas italianas, assinalando as dificuldades que vinham enfrentando. O ensino era em italiano (em geral dialetos como o vêneto) e, em alguns períodos, as escolas receberam material didático do Governo Italiano. Ressalta-se que os imigrantes falavam os dialetos maternos de suas respectivas regiões de origem, conheciam mal o italiano, o que, de certa forma, dificultava, inicialmente, o uso dos livros didáticos.

Tomando como referência os dados constantes no Anuário Estatístico das escolas italianas no exterior, pode-se enumerar, conforme Tabela 1, no Rio Grande do Sul, em 1908, as escolas italianas mencionadas.

Portanto, era considerado, pelo Ministério das Relações Externas, um total de 81 escolas subsidiadas e de 3.249 alunos no Rio Grande do Sul. Comparativamente, no Brasil, o total de alunos era de 13.656 alunos, sendo 8.769 meninos e 4.887 meninas (MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI, 1908).

Tabela 1. Escolas italianas no Rio Grande do Sul – 1908.

Município	Escola	Alunos – masculino	Alunos – feminino
Alfredo Chaves	14 escolas italianas mistas	317	250
Antonio Prado	2 escolas italianas mistas	79	50
Bagé	Colégio Italiano XX de Setembro	66	-
	Colégio dos Salesianos	90	-
Bento Gonçalves	18 escolas mistas	330	250
	Escola Luigi Petrocchi	25	20
Caxias	Escola diurna e noturna M. Rossi	25	-
	Escola italiana Principe di Napoli	36	-
	Escola italiana mista	28	20
	Escola italiana San Bartolo	32	25
	Escola italiana San Gottardo	25	20
	Escola italiana San Luigi	20	15
	Escola italiana Santa Lucia	26	20
	Escola italiana Santo Antonio	30	20
	Escola italiana Sertorina	14	10
	Escola italiana Traslati Maria	25	20
Encantado	Escola italiana Umberto I	20	20
	Escola italiana mista	20	10
Estrela	Escola Unione Agricola	25	15
Garibaldi	14 Escolas italianas mistas	340	250
Guaporé	3 Escolas italianas mistas	70	50
	Escola Margherita	15	10
Jaguarão	Escola San Luigi	22	20
	Escola Santo Stefano	17	10
	Escola Umberto I	10	10
Lajeado	Escola Umberto I	25	15
	3 Escolas Unione Agricola	55	30
Pelotas	Escola italiana privada	20	16
	Escola Elena di Montenegro	35	30
Porto Alegre	Escola Giovanni Emanuel	20	16
	Escola Umberto I	55	35
	Escola Vittorio Emanuele III	20	19
Silveira Martins	Escola colonial	20	16
Total		1957	1292

Fonte: Ministero degli Affari Esteri (1908, p. 14-16).

As escolas italianas no Rio Grande do Sul representavam 23,79% dos alunos que frequentavam as escolas italianas no Brasil. Diversas escolas eram ligadas às Associações de Mútuo Socorro.

Silva Júnior (2004), em tese sobre as associações de mútuo socorro gaúchas, refere-se a elas compreendendo-as como formas de organização que implementavam estratégias privadas e reconhece que enquanto a maioria dos associados buscava os benefícios materiais oferecidos pelas sociedades, os líderes se voltavam mais para os recursos espirituais e/ou políticos. O mesmo autor aponta que no Rio Grande do Sul o maior número de associações foram mantidas por italianos (apresenta um total de 71 associações). A organização de sociedades de mútuo socorro entre imigrantes italianos e seus descendentes é característica marcante desse grupo étnico.

As associações surgiram com o objetivo do socorro mútuo e, em sua maioria, agregaram as funções de instrução, divertimento e recreação de seus sócios. Na organização da instrução os indícios apontam para associações que mantinham escolas, outras que tinham bibliotecas em suas sedes e aquelas ainda que ofereciam apenas cursos de língua de italiana.

As condições morais dos pretensos associados era exigida pela maioria das associações. Para associar a Vittorio Emanuele II, de Porto Alegre, em 1882, por exemplo:

[...] art. 4º - Têm o direito a pertencer à sociedade todos os italianos, e filhos de italianos naturalizados no estrangeiro, e os que nasceram em solo italiano, bem que pertençam às províncias que não estão ainda debaixo do governo nacional.

art. 13º - Para poder ser admitido como sócio são necessários os seguintes requisitos:

1º Ter completado 10 anos de idade.

2º Não ser afetado de moléstias incuráveis que o tornem incapaz de trabalhar.

3º Não ter sido judicialmente condenado por crimes difamantes.

art. 17º - Os sócios que no ato de sua admissão enganarem a sociedade, ou os que depois de serem admitidos praticarem ações indignas e indecorosas, e os que foram ou forem processados e condenados judicialmente por atos infames, serão expulsos da sociedade.

art. 38º - Os socorros do artigo precedente [que dispõe sobre a assistência a italianos não-associados] não poderão ser dados aos italianos já domiciliados em Porto Alegre três meses e não se inscreverem como sócios. (SILVA JÚNIOR, 2010, p. 6).

Foram comuns a moralidade, a celebração de datas comemorativas italianas, a promoção de eventos esportivos e sociais, além do intuito do

mútuo socorro e instrutivo. Em 1911 foi fundada a Federação das Sociedades Italianas do Estado, tendo como presidente Stefano Rocco e secretário Guido Mondin. No entanto, apesar de adesão inicial, a federação não perdurou por muito tempo (CROCETTA, 2000).

Organizamos o Quadro 2 para conhecermos um pouco mais dessas iniciativas das Associações de Mútuo Socorro no Rio Grande do Sul e tomando por base os dados apresentados por Crocetta (2000) no álbum do Cinquentenário de Imigração Italiana, em 1925.

Crocetta (2000) cita ainda as seguintes associações, além das elencadas na Tabela 2: Cristóforo Colombo (São Marcos de Caxias, hoje município de São Marcos), Vitória Emanuele III (Nova Pádua), Duca d'Aosta (3ª Léguas de Caxias), Comte Verde (Bella Vista, Caxias), Humberto II (Xª Léguas, Caxias), Croce Rossa (Antônio Prado), Enrico Millo (Linha Palmeiro, Bento Gonçalves), Mutuo Socorso Itaquyense (Itaqui), Umberto Iº (Silveira Martins), Unione e Benevolenza e Dante Alighieri (ambas de Livramento), Principessa Giovanna Margherita di Savoia (Ijuí), XX de Setembro e Patria e Lavoro (ambas de Bagé), Duca degli Abruzzi (de Arroio Grande, Santa Maria), XX de Setembro (Esperança), Vittorio Emanuele IIIº (Sertão), XX de Setembro e San Giuseppe (ambas de Guaporé), Vittorio Emanuele IIIº (Montenegro), Società Istruttiva e Ricreativa (Erechim), Conte Verde (Bela Vista de Alfredo Chaves – hoje Veranópolis), Cristoforo Colombo (Santa Maria), Giuseppe Garibaldi (Jaguarão), Vittorio Emanuele IIIº (Arroio Grande), XX de Setembro (Boa Vista de Erechim), Principe di Piemonte (Mariana Pimentel) e Principessa Mafalda (Barro).

Destarte, as Associações foram importantes centros de difusão e construção de laços de pertencimento (*italianità*) e difundiram a escolarização, apesar de não ter sido unanimidade, como observado. Há que se considerar as especificidades da história da educação gaúcha nas primeiras décadas republicanas, em que positivistas e defensores da liberdade de iniciativa escolar, se mostraram prementes pela difusão da escola, especialmente, pública. E o desejo das famílias de imigrantes italianos e seus descendentes foi ao encontro de tal postura, já que era ideal obter escola para os filhos, valorizando especialmente a pública, que permitiria aprender o português, tão necessário para as atividades

econômicas, como demonstrou o estudo de Luchese (2007).

Escolas urbanas e rurais na Região Colonial Italiana

Pela impossibilidade de operarmos, num único artigo, com a análise do conjunto de escolas étnicas italianas no Rio Grande do Sul, limitamos nossa comparação entre escolas urbanas e rurais para a Região Colonial Italiana. Entendemos a

Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul como o território correspondente às primeiras colônias ocupadas a partir de 1875 por imigrantes, predominantemente italianos: colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, hoje municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Santa Tereza, Garibaldi, Carlos Barbosa, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha, Antônio Prado, Caxias do Sul, Veranópolis e outros.

Tabela 2. Associações de Mútuo Socorro do Rio Grande do Sul e suas escolas.

Nome da sociedade	Município em que se localizava	Data da fundação	Mantinha escola étnica	Informações complementares
Vittorio Emanuele IIº	Porto Alegre	1877	Sim, a partir de 1892	Escola subsidiada pelo governo italiano. Atuaram como professores: Camila Roncoroni, Rocco Ferraro, Sante Ceroni e Emilia Puggina.
Princesa Elena di Montengro	Porto Alegre	1893	Sim, a partir de 1898	
Umberto Iº	Porto Alegre	1900	Sim	Fundaram em 06/05/1900 a 'Palestra di Recitazione' – escola e teatro. Em 1904 passou à denominação Sociedade de Beneficência e Instrução Umberto Iº.
Giovanni Emanuel	Porto Alegre	1902	Sim	A finalidade inicial da sociedade era a escola e o teatro. A escola foi fechada em 1916.
Giuseppe Mazzini	Bairro Tristeza, Porto Alegre	1895	Não consta	-
Moranesi Uniti	Porto Alegre	1924	Não consta	-
Dante Alighieri	Porto Alegre	1914	Sim	Lideravam o projeto para a construção da 'Casa degli Italiani', que ofereceria ensino primário e secundário para os filhos de italianos, escolas noturnas, festas para operários e para os brasileiros que quisessem estudar a língua e a cultura italiana, bem como biblioteca fixa e circulante.
Principi di Napoli	Caxias do Sul	1887	Sim	A escola foi mantida pela sociedade por alguns períodos, em outros foi fechada, sendo o prédio alugado para a instalação do Colégio Elementar José Bonifácio.
Regina Margherita	Bento Gonçalves	1882	Sim	Por um período de tempo (provavelmente 1884 a 1908) escola italiana.
Stella d'Itália	Garibaldi	1888	Sim	Foi nominada inicialmente (1888 – 1899) Societá Italiana Conte D'Eu (sic). A escola italiana foi mantida por um período de alguns anos apenas.
Principe de Piemonte	Alfredo Chaves (hoje Veranópolis)	1894	Sim	Reuniu duas sociedades anteriores: a Confederazione Italiana (1891) – que mantinha escola italiana e a Societá Real Casa di Savoia (1893).
Cristoforo Colombo	Nova Trento (hoje Flores da Cunha)	1910	Sim	Mantinha uma biblioteca por iniciativa do Vigário, Pe. Angelico.
Giuseppe Garibaldi	Nova Trento (hoje Flores da Cunha)	1896	Não	Objetivo exclusivo de manutenção de uma banda musical.
Vitorio Emanuele III	Antonio Prado	1911	-	Não consta.
Camilo Cavour	Linha Eulália, Bento Gonçalves	1908	Sim	Além da sede social e para uso da escola, possuía casa de madeira para a habitação da professora.
Umberto I	Linha Jansen, Bento Gonçalves	1908	Sim	Em sua sede destinava espaço para a escola.
Societá di M.S. Unione Italiana	Alegrete	1883	Não consta	Objetivava a assistência mútua e a solidariedade entre italianos.
Societá I. Mutua Cooperazione	Rio Grande	1884	Não	Fundada para auxiliar os imigrantes italianos que aportavam em Rio Grande em situações calamitosas.
Societá Fratellanza ed Unione Italica	Cruz Alta	1895	Não	Até 1925 não havia escola, mas informa que 'havia um nobre ideal: a fundação da escola italiana'.
Societá Benevolenza di Santa Victoria do Palmar	Santa Vitória do Palmar	1880	Não	Intuito de difundir a italianidade e a solidariedade entre os sócios.
Societá Italiana Unione e Beneficenza di Uruguaiana	Uruguaiana	1879	Não	Objetivava a organização de encontros sociais.
Jolanda Margherita di Savoia	Passo Fundo	1901	Não	Comemorações e encontros sociais.
Societá Italiana de Mutuo Soccorso di Santa Maria	Santa Maria	1896	Sim	Auxílio aos associados, local de encontro social e comemorações. Mensalmente havia apresentações do grupo de teatro Carlo Goldoni. Havia o Colégio Italo-Brasileiro.
Unione e Filantropia	Pelotas	1873	Não consta	Investiram na beneficência e solidariedade entre sócios.
Fratellanza Italia	São Jerônimo	1892		Assistência material e moral, cultivando o espírito da italianidade. A sociedade auxiliou na construção da igreja local e da manutenção de uma banda musical.

Fonte: Crocetta (2000, p. 364-397).

Como se pôde observar em dados apresentados anteriormente, foram diversas as iniciativas escolares dos imigrantes italianos na Região Colonial Italiana. Aquelas ligadas às Associações de Mútuo Socorro e as étnico-comunitárias, isoladas, rurais. Ribeiro reforça a necessidade que premiu os esforços das famílias para a criação de escolas na região:

A falta de um sistema escolar público capaz de promover as áreas rurais que estavam sendo colonizadas, obrigou aos colonos a tomar outras iniciativas na criação de escolas. Em muitas localidades da RCI, a escolarização inicia com escolas particulares isoladas, sob a regência de um colono mais instruído ou que tivesse tido alguma experiência escolar na Itália. (RIBEIRO, 2004, p. 149).

Entre os imigrantes italianos, as escolas comunitárias se multiplicaram principalmente na zona rural e tiveram características étnicas, especialmente pela questão da língua (dialetos). Havia escolas comunitárias, étnicas, que foram iniciadas e mantidas pelas comunidades, estabelecidas próximo às capelas, pelo seu sentido mais prático e utilitário. Os pais e a comunidade, muitas vezes incentivados pelo padre, criavam aulas e o professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculos. Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de, nos primeiros tempos, as aulas terem funcionado na própria casa do professor ou de algum aluno. Essas aulas, em sua maioria, já em meados de 1910, tinham se tornado públicas. De acordo com o imigrante Júlio Lorenzoni, estabelecido em Dona Isabel:

A absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira. (LORENZONI, 1975, p. 126).

Entre os imigrantes havia alguns professores com formação em sua terra natal, mas seu número era insuficiente para suprir a carência, a demanda por escolas. Consoante Giron (1998, p. 90),

[...] entre os imigrantes da Colônia Caxias, apenas quatro se identificaram como professores, sendo os

responsáveis pelas primeiras escolas particulares regionais. Foram eles Giacomo Paternoster, Abramo Pezzi, Clemente Fonini e Marcos Martini.

Assim, é preciso que se tenha claro que essas escolas étnico-comunitárias italianas foram efêmeras, não funcionaram com regularidade, ensinavam a trilogia básica do ler, escrever e calcular, e na maioria, também o catecismo. Os professores em geral não tinham formação. Se algumas delas recebeu subsídio do governo italiano, o foi sob forma de livros – poucos e com recebimento muito irregular.

Em contrapartida, as escolas mantidas pelas Associações de Mútuo Socorro, a despeito de também terem tido problemas de continuidade do trabalho, foram um pouco diferentes. Na Sociedade Artística de Mútuo Socorro Regina Margherita, por meio do incentivo do cônsul Enrico Perrod, em 1884, surgiu uma escola italiana. Nela, as aulas eram gratuitas para os filhos de sócios, já que o subsídio público era suficiente para o pagamento dos professores. A Sociedade cedia o local, os móveis e arcava com pequenas despesas. Nas outras escolas étnicas, cada aluno pagava em média 500 réis mensais⁵. Em Conde D'Eu foi com a fundação da Sociedade Stella d'Itália, em 1884, que organizaram a escola italiana. Conforme os estatutos dessa Sociedade, artigos 75 a 81º, a escola italiana masculina e feminina era mantida com as mensalidades pagas pelos pais e administrada por um regulamento especial, aprovado pelo Cônsul da Itália em Porto Alegre. (ESTATUTO, 1884). A sede da associação servia como espaço para as aulas.

A associação Confederazione Italiana, de Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) mantinha, em 1892, uma escola italiana subsidiada pelo governo italiano e dirigida pelos professores Ernesto Palombo e Alberto Bott (CROCETTA, 2000).

Em Caxias, a Sociedade Príncipi di Napoli, em consenso de sócios, e por intermédio do Cônsul Enrico Ciapelli, solicitava ao Governo da Itália a instituição de uma escola. A sociedade se comprometia em oferecer o local, os móveis e uma gratificação mensal ao professor que o governo italiano enviasse para reger a escola. Em 03 de agosto de 1903, o jornal *O Cosmopolita*, noticiava que o professor seria enviado, com apoio do Ministro das Relações Exteriores da Itália, bem como informava que enviaria material escolar (*JORNAL O COSMOPOLITA*, 1903). Mas foi apenas no ano seguinte, no mês de julho de 1904, que começaram a ser publicados vários anúncios pela Sociedade

⁵ Conforme informações constantes no relatório de Eduardo dos Condes Compans de Brichanteau de 25/3/1892 (DE BONI, 1985).

Príncipi di Napoli acerca do funcionamento da nova escola italiana, em sua sede. Era destinada aos meninos e teria como professor principal Umberto Ancarini. Publicava as disciplinas a serem ministradas:

Escola Italiana Príncipe de Nápoles

A partir do endereçamento do Cav. Enrico Ciapelli, Cônsul da Itália, que tanto preza em seu coração a instituição das escolas italianas nas colônias do Rio Grande do Sul, o Governo Italiano aderindo também ao interesse da Sociedade Operária Príncipe de Nápoles que sempre procurou para instituir uma escola italiana em Caxias, que enviava como encarregado da dita escola o Prof. Cav. Umberto Ancarini. Se traz ao conhecimento dos habitantes desta vila que no próximo mês será aberta a Escola Italiana Masculina de grau inferior e superior na sede da sociedade anteriormente nominada, que com patriótico sentimento, é seu promotor. O ensinamento compreenderá das seguintes matérias: Língua italiana. Língua portuguesa. Língua francesa. História Italiana e Brasileira. Geografia. Matemática. Geometria. Desenho. Caligrafia. Canto. Ginástica e exercícios militares. As inscrições dos alunos serão recebidas todos os dias pelo Sr. Mario Marsiay secretário da Sociedade Príncipe de Nápoles⁶. (JORNAL O COSMOPOLITA, 1904a, p. 3, tradução nossa).

Percebe-se que o currículo era bem diverso daquele das escolas rurais. Receberam material didático, especialmente livros em maior número. O espaço que possuíam para seu funcionamento era diferenciado. A sede da Sociedade Príncipi de Napoli em anos posteriores abrigou o primeiro colégio elementar de Caxias [Colégio Elementar José Bonifácio]. A sede da Sociedade Regina Margherita, por sua vez, foi cedida para o colégio dos Irmãos Maristas [Colégio Nossa Senhora Aparecida]. E os professores, ao menos Umberto Ancarini e Luigi Petrocchi (que atuou na escola da Sociedade Regina Margherita) tinham formação para a docência. Umberto Ancarini chegou a ser premiado pela publicação do livro *Novo Método para o Ensino da Língua Italiana* (para alunos gregos). O livro fora escrito na época em que Ancarini atuara como professor de italiano em um ginásio na Grécia, antes de ser enviado para o Brasil. Um importante detalhe é que sua nomeação, inicialmente, era para atuar em Alfredo Chaves, mas chegado em Porto Alegre foi destinado pelo consulado para Caxias, “[...] querendo aliar a importância do nomeado à do local [...]” (JORNAL

O COSMOPOLITA, 1904b, p. 1). Ancarini conhecia grego, francês e tinha formação para atuar como professor. Sinteticamente, essas eram as principais diferenças entre as escolas italianas mantidas pelas Associações, em sua maioria instaladas nas áreas urbanas e aquelas étnico-comunitárias, rurais, estabelecidas junto às capelas.

Considerações finais

Sabemos que a duração das escolas italianas – sejam rurais ou urbanas foi efêmera. Em Anuário Estatístico do período de 1939-1940, a situação era bem diferenciada. Havia por parte das Associações de Mútuo Socorro e de alguns colégios particulares, o oferecimento de cursos de Língua e Cultura Italiana, mas na modalidade de cursos e não mais na configuração escolar, como em décadas anteriores (ANNUARIO, 1942).

Fica evidente que ao final do século XIX,

[...] tínhamos escolas italianas, com público significativo, em Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bagé, Bento Gonçalves, Caxias, Encantado, Estrela, Garibaldi, Guaporé, Jaguarão, Lajeado, Pelotas, Porto Alegre, Silveira Martins (MAESTRI, 2000, p. 93),

como constatou Maestri, mas ao longo da primeira década do século XX essas aulas foram desaparecendo. Isso ocorreu pela dificuldade dos pais manterem o investimento (em especial pelo elevado número de filhos), pelo crescimento de ofertas de escolas de outras modalidades ou pela própria desistência do professor mediante as parcas remunerações (o que por vezes era feito em espécie – feijão, trigo, milho...) e, também, por opção dos imigrantes pela escola pública. Para Giron (1998, p. 92), “[...] na década de 1920, das escolas italianas poucas sobreviviam em alguns municípios da região colonial, porém em vias de extinção [...]”. Considerando que “[...] o papel da escola ‘italiana’ foi muito importante na manutenção da língua e do culto da Itália como a pátria dos filhos dos imigrantes” (GIRON, 1994, p. 58, grifo do autor), essas aulas étnicas, ensinando em língua italiana, tiveram vida curta. Os professores, no final do século, naturalizaram-se e passaram a lecionar nas escolas públicas.

Verificamos que a presença das escolas confessionais particulares; a inexistência de recursos para manter as escolas, seja por parte do governo italiano que contribuía apenas com o material escolar, ficando o pagamento dos professores a cargo das mensalidades pagas pelos alunos, seja por parte dos pais; a baixa qualidade de ensino já que apenas as noções rudimentares de leitura, escrita e matemática eram trabalhadas, sendo que, quando havia o ensino da

⁶ Jornal O Cosmopolita (1904a) – Órgão dos Interesses Coloniais seção italiana. Redatores diversos. Editor-proprietário: Maurício N. de Almeida. Jornal semanal, distribuído aos domingos, possuía uma seção italiana. O mesmo anúncio foi publicado novamente em 24 de julho de 1904, n.º 109.

história e da geografia, eram os da Itália apenas os ensinados, são fatores que, considerados no conjunto, permitem compreender a curta duração da maioria das escolas étnicas italianas. Desse modo, percebemos que no Rio Grande do Sul, a preferência foi pela escola pública, gratuita e com ensino em português. Caso as famílias de imigrantes e descendentes tivessem que pagar e pudessem escolher, a opção foi a escola confessional, onde o ensino também era, predominantemente, em português.

Referências

- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul: 1864-1970**. 2. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- ANNUARIO delle scuole e delle istituzioni culturali italiane all'estero – 1939-1940. Roma: Tipografia riservatta del Ministero degli Affari Esteri, 1942.
- AZEVEDO, T. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975.
- CAPRARA, B. S.; LUCHESE, T. Â. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930**. Bento Gonçalves: Visograf; Porto Alegre: Corag, 2005.
- CERVO, A. L. **As relações entre o Brasil e a Itália: formação da italianidade brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.
- COSTA, R.; DE BONI, L. A.; SALVAGNI, N.; GRISON, É. C. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST, 1992.
- CROCETTA, B. Um cinquantennio di vita coloniale. In: CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875 - 1925. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000. v. 1. p. 357-462. (fac-símile de 1925).
- DE BONI, L. A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. v. I.
- DE BONI, L. A. **Bento Gonçalves era assim**. POA:EST. Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: Fervi, 1985.
- DE VELUTIIS, Cav. F. (Régio Cônsul de Porto Alegre). **O Estado do Rio Grande do Sul e a Crise Econômica durante o último quinquênio**. fevereiro de 1908. (Arquivo dello Ministero degli Affari Esteri, Roma).
- ESTATUTO da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella D'Itália, 10 mar. 1884. (Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi).
- ESTATUTO da Sociedade Vittorio Emanuele II, de Porto Alegre, em 1882. SILVA JÚNIOR, A. L. Sexo e gênero nas sociedades de socorros mútuos. In: **FAZENDO GÊNERO 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-11. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278378974_ARQUIVO_Sexogeneronassociedadesdesocorrosmutuos.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.
- FLORIANI, G. **Scuole italiane all'estero: cento anni di storia**. Roma: Armando Editore, 1974.
- FRANZINA, E. **A Grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Unicamp, 2006.
- FROSI, V. M.; FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M. **Estigma: cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: Educ, 2010.
- FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Dialetos italianos**. Caxias do Sul: Educ, 1983.
- GIRON, L. S. **As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Poa: Parledda, 1994.
- GIRON, L. S. Colônia italiana e educação. **Revista História da Educação**, v. 2, n. 3, p. 87-106, 1998.
- JORNAL O COSMOPOLITA. Caxias, Ano I, n. 67, 13 ago. 1903.
- JORNAL O COSMOPOLITA. Caxias, Ano II, n. 108, 17 jul. 1904a.
- JORNAL O COSMOPOLITA. Caxias, Ano II, n. 123, 26 nov. 1904b.
- KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 347-370.
- LEGGE 5866, 30 dicembre 1888. Gazzetta Ufficiale Del Regno d'Italia, Archivio Centrale Dello Stato, Roma.
- LORENZONI, J. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- LUCHESE, T. Â. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**. 2007. 495f. Tese (Doutorado em Educação) - Unisinos, São Leopoldo, 2007.
- LUCHESE, T. Â. **Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Donas Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889**. Curitiba: CRV, 2009.
- MAESTRI, M. **Os Senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- MANFRÓI, O. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, 1975.
- MEDICI, L. **Dalla propaganda alla cooperazione: la diplomazia culturale italiana nel secondo dopoguerra (1944-1950)**. Italia: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2009.
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. **Annuario delle scuole italiane all'estero: governative e sussidiate**. Roma: Tipografia del Ministero degli Affari Esteri, 1908.
- PRETELLI, M. Fascist textbooks for Italian schools abroad. In: L'ITALIA NELLA GRANDE EMIGRAZIONE, BIENNIAL CONFERENCE OF THE AUSTRALASIAN CENTRE FOR ITALIAN STUDIES, 5th, 2009, Auckland. **Paper...** Auckland: ACIS, 2009. Disponível em: <[http:// researchbank.swinburne.edu.au](http://researchbank.swinburne.edu.au)>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- RIBEIRO, L. B. M. Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul. In: RIBEIRO, C.; POZENATTO, J. C.

(Org.). **Cultura, imigração e memória: recursos e horizontes**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

SCALABRINI, Â. **Relazione sulle scuole italiana all'estero a sua eccellenza il Comm. Giulio Prinetti, Ministro per gli Affari Esteri** (per Ângelo Scalabrini, ispettore generale). Roma, 31 de maio de 1901. (Arquivo dello Ministero degli Affari Esteri, Roma).

SILVA JÚNIOR, A. L. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo

centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2004.

Received on October 16, 2013.

Accepted on January 27, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.